

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)



Geografia: Desenvolvimento Científico e Tecnológico 2

Atena
Editora
Ano 2020

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)



Geografia: Desenvolvimento Científico e Tecnológico 2

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Lorena Prestes

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

G345 Geografia [recurso eletrônico] : desenvolvimento científico e tecnológico 2 / Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia.
 ISBN 978-85-7247-999-8
 DOI 10.22533/at.ed.998201102

1. Geografia – Pesquisa – Brasil. I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini.

CDD 910.03

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresento a Coletânea “Geografia: Desenvolvimento Científico e Tecnológico 2”, cuja diversidade teórica e metodológica está assegurada nos capítulos que a compõem. Trata-se de uma representação da ordem de sete capítulos a partir de análises, ensaios, relatos profissionais e pesquisas de professores, técnicos e pesquisadores oriundos de instituições da Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná e Goiás.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento na área de Geografia, Geociências, Ciências Ambientais Engenharia Ambiental, entre outras áreas afins para debater a função social e territorial da ciência geográfica e o avanço científico e tecnológico no cotidiano de um país marcado por inúmeras contradições e desigualdades sob a égide de práticas que violam a democracia.

A Coletânea inicia-se com o capítulo: “A atividade comercial em Feira de Santana (BA) e as repercussões do comércio de rua” de autoria de Alessandra Oliveira Teles da Universidade Estadual de Feira de Santana, cujo objetivo é relacionar a apropriação do espaço público com a atuação do comércio informal existente em Feira e Santana – Bahia.

O Capítulo 2 “Acessibilidade urbana em parte da cidade de Senhor do Bonfim – BA: um olhar da Geografia a partir da condição dos velhos da cidade” dos pesquisadores Jessica Auanne Farias Silva e Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega da Universidade Federal do Vale do São Francisco tem como finalidade analisar a acessibilidade urbana em partes da cidade de Senhor do Bonfim – BA em associação com o processo de envelhecimento humano, bem como os elementos urbanos e demais diretrizes advindas da OMS.

Na sequência os capítulos 3, 4 e 5 trazem uma abordagem pertinente à atuação profissional e demais pesquisas e estratégias para prevenção e atuação em desastres naturais. Assim, o Capítulo 3 intitulado “Localização do Batalhão de Ajuda Humanitária do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina em desastres naturais” de autoria de André Felipe Nunes Da Silva do Centro de Ensino Bombeiro Militar de Florianópolis, apresenta-se a criação do Batalhão de Ajuda Humanitária (BAjH) que atua no território catarinense a partir do conceito de Logística Humanitária e o papel das Centrais de Distribuição para a Assistência Humanitária.

No capítulo 4 – “Parcerias para a construção de cidades resilientes a desastres no estado do Paraná integrando setor público, academia e UNISDR” os autores Eduardo Gomes Pinheiro, Larissa Maria da Silva Ferentz, Murilo Noli da Fonseca e Fernanda Enko dos Santos Batista vinculados ao Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, a Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná apresentam os procedimentos desenvolvidos e os resultados alcançados no apoio dos municípios paranaenses quanto à construção de cidades mais resilientes,

cuja metodologia baseia-se em cinco etapas e envolveu a participação de 321 municípios.

Já no capítulo 5 – “Sistema de alarme por sirenes para deslizamentos de encostas: Relato de experiência inovadora na cidade do Rio de Janeiro” de Alexander de Araújo Lima, Ivana Soares de Aguiar, Marcelo Abranches Abelheira e Orlando Sodré Gomes oriundos das instituições: Centro Universitário Unicarioca, Centro Universitário Celso Lisboa e Defesa Civil Municipal do Rio de Janeiro, abordam a instalação de um Sistema de Alarme por Sirenes em comunidades da cidade do Rio de Janeiro, visando reduzir ou mesmo evitar a perda de vidas humanas decorrentes de deslizamentos de encostas causados pelas chuvas fortes e/ou prolongadas, cuja criação ocorreu em 2011. Dessa maneira, os autores relatam a experiência das “sirenes cariocas” que pode ser estendido para outras áreas do país.

Por fim, os capítulos 6 e 7 apresentam uma abordagem sobre o Ensino de Geografia e suas múltiplas aplicações da sala de aula ao desenvolvimento regional. Assim, o capítulo 6 – “O uso de metodologias ativas no ensino de Geografia na Educação Básica” dos pesquisadores Elciane Arantes Peixoto Lunarti e Cinthia Maria Felício do Instituto Federal Goiano apresentam uma breve imersão sobre as construções teóricas que fundamentam a pesquisa sobre a utilização de metodologias ativas no Ensino de Geografia no âmbito da Educação Básica.

No Capítulo 7 – “A Unimontes no Norte de Minas Gerais: uma leitura a partir da formação de professores de Geografia em Pirapora” os autores Angélica Natali Pereira Afonso e Gustavo Henrique Cepolini Ferreira vinculados à Universidade Estadual de Montes Claros apresentam algumas considerações sobre a origem da Unimontes, lançando um olhar sobre a formação de professores de Geografia no Campus Pirapora-MG, bem como sobre os desafios dessa trajetória, tendo como plano de fundo a tríade: desenvolvimento regional, Educação Superior Pública e o Ensino de Geografia.

Esperamos que as análises e contribuições publicadas nessa Coletânea da Atena Editora propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates para compreensão da Geografia e a função social e territorial do desenvolvimento científico e tecnológico.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ATIVIDADE COMERCIAL EM FEIRA DE SANTANA(BA) E AS REPERCUSSÕES DO COMÉRCIO DE RUA	
Alessandra Oliveira Teles	
DOI 10.22533/at.ed.9982011021	
CAPÍTULO 2	20
ACESSIBILIDADE URBANA EM PARTE DA CIDADE DE SENHOR DO BONFIM – BA: UM OLHAR DA GEOGRAFIA A PARTIR DA CONDIÇÃO DOS VELHOS DA CIDADE	
Jessica Auanne Farias Silva	
Pedro Ricardo Da Cunha Nóbrega	
DOI 10.22533/at.ed.9982011022	
CAPÍTULO 3	34
LOCALIZAÇÃO DO BATALHÃO DE AJUDA HUMANITÁRIA DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA EM DESASTRES NATURAIS	
André Felipe Nunes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9982011023	
CAPÍTULO 4	47
PARCERIAS PARA A CONSTRUÇÃO DE CIDADES RESILIENTES A DESASTRES NO ESTADO DO PARANÁ INTEGRANDO SETOR PÚBLICO, ACADEMIA E UNISDR	
Eduardo Gomes Pinheiro	
Larissa Maria da Silva Ferentz	
Murilo Noli da Fonseca	
Fernanda Enko dos Santos Batista	
DOI 10.22533/at.ed.9982011024	
CAPÍTULO 5	54
SISTEMA DE ALARME POR SIRENES PARA DESLIZAMENTOS DE ENCOSTAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA INOVADORA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	
Alexander de Araújo Lima	
Orlando Sodré Gomes	
Ivana Soares de Aguiar	
Marcelo Abranches Abelheira	
DOI 10.22533/at.ed.9982011025	
CAPÍTULO 6	71
O USO DE METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Elciane Arantes Peixoto Lunarti	
Cinthia Maria Felicio	
DOI 10.22533/at.ed.9982011026	
CAPÍTULO 7	83
A UNIMONTES NO NORTE DE MINAS GERAIS: UMA LEITURA A PARTIR DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA EM PIRAPORA	
Angélica Natali Pereira Afonso	
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.9982011027	

SOBRE O ORGANIZADOR.....	99
ÍNDICE REMISSIVO	100

ACESSIBILIDADE URBANA EM PARTE DA CIDADE DE SENHOR DO BONFIM – BA: UM OLHAR DA GEOGRAFIA A PARTIR DA CONDIÇÃO DOS VELHOS DA CIDADE

Data de aceite: 06/02/2020

Data de submissão: 11/11/2019

Jessica Auanne Farias Silva

Universidade Federal do Vale do São Francisco,
Colegiado de Geografia
Senhor do Bonfim – Bahia
<http://lattes.cnpq.br/3806591310106980>

Pedro Ricardo Da Cunha Nóbrega

Universidade Federal do Vale do São Francisco,
Colegiado de Geografia
Senhor do Bonfim – BA
<http://lattes.cnpq.br/6947287718664579>

RESUMO: Este trabalho teve como finalidade analisar a acessibilidade urbana em partes da cidade de Senhor do Bonfim – BA em associação com o processo de envelhecimento humano e a sua relação com os elementos da cidade, em particular os espaços abertos e prédios, apoio comunitário e serviços de saúde, Comunicação e Informação e emprego com base na guia mundial da OMS – GUIA GLOBAL (2008) sobre as cidades amigas dos idosos. Com o aumento da perspectiva de vida é preciso medidas diferenciadas que propiciem para as pessoas com idade igual ou superior a 60 anos uma vida digna e com qualidade. Desse modo, temos como questões norteadoras: quais as

condições de acessibilidade, manutenção e permanência dos idosos em espaços abertos e em prédios? Como ocorre o funcionamento e são de qualidade os serviços de saúde prestados aos idosos? Quais os espaços de comunicação e troca de informações? Qual a dinâmica e disponibilidade de emprego para pessoas com mais de 60 anos? Este artigo se fundamenta em autores como: Alves (2013), Guia Global: Cidade Amiga do Idoso (2008), Estatuto do Idoso – Brasil (2003). O método utilizado é uma abordagem qualitativa. Esse projeto se justificou pela necessidade de constatar os pontos negativos e positivos de como ocorre a interação entre a cidade de Senhor do Bonfim e a população da terceira idade, o que ajudou a entender a dificuldade de aplicação de políticas públicas aplicadas ao envelhecimento, bem como a dificuldade de identificação de um padrão técnico-espacial nas condições de acessibilidade urbana na cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Velhos, Acessibilidade, Senhor do Bonfim.

URBAN ACCESSIBILITY IN PART OF THE CITY OF SENHOR DO BONFIM - BA: A LOOK AT GEOGRAPHY FROM THE CONDITION OF THE CITY'S OLD PEOPLE.

ABSTRACT: This paper aimed to analyze urban accessibility in parts of the city of Senhor do Bonfim - BA in association with the process

of human aging and its relationship with the elements of the city, in particular the open spaces and buildings, community support and public services. health, communication and information and employment based on the WHO World Guide - GLOBAL GUIDE (2008) on Older Cities. With the increase in life prospects, differentiated measures are needed to provide a decent and quality life for people aged 60 and over. Thus, we have as guiding questions: what are the conditions of accessibility, maintenance and permanence of the elderly in open spaces and buildings? How does it work and how are the health services provided to the elderly? What are the spaces for communication and information exchange? What is the dynamics and availability of employment for people over 60? This article is based on authors such as: Alves (2013), Global Guide: Elderly Friendly City (2008), Elderly Statute - Brazil (2003). The method used is a qualitative approach. This project was justified by the need to note the negative and positive aspects of how the interaction between the city of Senhor do Bonfim and the elderly population occurs, which helped to understand the difficulty of applying public policies applied to aging, as well as the difficulty of identifying a technical-spatial pattern in urban accessibility conditions in the city.

KEYWORDS: Old people, accessibility, Senhor do Bonfim.

INTRODUÇÃO

A quantidade de pessoas acima dos 60 anos tem aumentado significativamente no mundo, com ênfase países em vias de desenvolvimento, que observam de forma muito rápida alterações significativas na estrutura de suas pirâmides etárias. Parece-nos já senso comum que entre as justificativas para a ampliação da vida dos sujeitos sejam indicadas as melhorias nos serviços de saúde, os avanços tecnológicos e a ampliação na rede de assistência social.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2008) - Guia Global (2008) -em 2050 a população de pessoas com idade igual/superior a 60 anos chegará a 22% do total da população mundial, pela primeira vez na história da humanidade a composição estrutural da população passará a ter uma quantidade maior de sujeitos velhos do que de crianças.

Com as transformações ocorridas no âmbito do regime de acumulação e o perfil da sociedade mundial caminhando cada vez mais rápido para uma condição urbana, percebe-se que o processo de envelhecimento consolida-se, nitidamente, em área urbana, destacando-se o papel dos países em desenvolvimento neste processo, revelando que nestes espaços há uma velocidade de concentração da velhice impossível de ser comparada com os espaços rurais e com os países desenvolvidos.

Destaca-se esta questão porque, diferente daquilo que ocorreu nos países classificados como desenvolvidos, o tempo de transformação da estrutura da população e o seu envelhecimento influenciam diretamente no planejamento dos espaços onde os sujeitos velhos habitam, refletindo inclusive na sensibilização da questão por parte dos políticos e da sociedade, bem como reflete nas estruturas urbanas e na reprodução

da vida em sociedade e no uso dos equipamentos públicos.

Assim, faz-se necessário que esses locais sejam adequados às necessidades dessas pessoas, já que mesmo muitos tendo dificuldades para realizar algumas atividades, necessitam ir ao banco, supermercado, hospital, entre outros e os obstáculos não são poucos: sinal de trânsito que abre e fecha para o pedestre muito rápido, principalmente para os velhos com dificuldades de andar, que acabam sendo vítimas de acidentes de trânsito ou muitas vezes tratados com desrespeito pelos demais grupos sociais; calçamentos irregulares; buracos no meio da rua que pode ocasionar queda; calçadas com faixa de acesso ocupada por objetos dos comércios obrigando o pedestre a andar pelas vias dos carros. Os obstáculos geográficos para que a reprodução da vida cotidiana dos sujeitos velhos aconteça se acumula, indicando, em alguns casos, que o espaço público da cidade é negado para os mesmos.

Além da estrutura adequada dos espaços abertos e prédios é preciso um serviço de saúde de qualidade principalmente para este grupo de pessoas que muitas vezes necessitam de serviços da saúde e não tem como chegar ao ambiente hospitalar por dificuldades de locomoção ou por residir distante dos centros de atendimento, o que os coloca inequivocamente dependente da ação dos Agentes Comunitários de Saúde, que apesar do importante papel desempenham não substituem a consulta a médicos especializados.

Muitos dos sujeitos velhos que residem zonas urbanas sentem a necessidade de se relacionar com outras pessoas da mesma faixa etária. Assim sendo, a Secretaria Municipal de Assistência Social através do CRAS e a Secretaria Municipal de Saúde desenvolvem programas voltados para os sujeitos velhos que possibilita a interação entre os mesmos e vários são os eventos que ocorrem na cidade, como, por exemplo, a academia ao ar livre que é ministrada por um profissional de educação física e não é para um público específico, mas conta com a participação de muitos idosos. Para que esse público participe dos eventos, dos programas, é imprescindível que sejam informados e são muitos os idosos que são informados por um parente ou amigo, isto é, quando essa informação chega até eles.

Ao chegar à condição de velhice, algumas pessoas optam por descansar, outras mesmo recebendo a aposentadoria continuam trabalhando. Existe uma quantidade enorme de pessoas que trabalham em empregos informais, eles não desejam parar, querem continuar com a mente ocupada, já os donos de empresas querem passar a responsabilidade para outro membro da família (filho, sobrinho, neto), mas sempre continuam na empresa tomando decisões.

Ao refletir sobre estes elementos, percebe-se que a acessibilidade urbana transcende a condição de adequação de estruturas volumétricas da cidade, senão que está relacionada ao conjunto de elementos capazes que possibilitar que os sujeitos velhos reproduzam suas vidas em condição de igualdade com os demais sujeitos e que o direito à cidade não lhes seja negado.

PILARES PARA ENTENDER A CONDIÇÃO DA ACESSIBILIDADE URBANA

Com o aumento do número de sujeitos velhos é preciso que as políticas públicas para pessoas com idade igual ou superior a 60 anos sejam efetivadas, garantido a elas uma vida digna e com qualidade.

No artigo 3º do Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003) encontramos que:

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

As necessidades físicas particulares que estão associadas à reprodução cotidiana da vida dos sujeitos velhos deveriam ser consideradas como prioridade no cumprimento do acesso universal a todos os tipos de sujeitos sociais, notadamente no processo de construção das estruturas urbanas, dos espaços abertos e dos prédios públicos, do acesso aos serviços de saúde, possibilitando o acesso aos locais que necessitam sem encontrar barreiras intransponíveis.

De uma forma ampla as condições de acessibilidade estão vinculadas ao contexto física das estruturas urbanas, como é possível de se perceber ao recortar um fragmento discutido por Grinover (2006, p. 37):

[...] conceito de acessibilidade física tangível, que se refere ao estado do sistema de transporte, do sistema de infraestrutura viária; e à localização do espaço das atividades ou serviços urbanos para os quais se deseja ter acesso.

Não obstante, é imprescindível que haja um processo de sensibilização amplo sobre as necessidades particulares dos sujeitos velhos, mas não adianta apenas pensar nos obstáculos que são enfrentados por esse público de forma isolada, é preciso garantir um conjunto de estruturas físicas e sociais que possibilitem a acessibilidade universal, uma vez que a rede de lugares necessários para reproduzir a vida cotidiana dos sujeitos velhos não se restringe apenas a lugares pontuais, a cidade tem que ser vivida na sua totalidade.

Um dos principais dramas vivido por estes sujeitos velhos é que sua condição de cidadão parece ser reconhecida apenas quando conseguem envelhecer com garantias financeiras para pertencer ao mundo do consumo, mesmo quando o que está em jogo é a possibilidade de sobreviver.

[...] a mudança de atitude e mentalidade não é suficiente para garantir uma vida digna e com qualidade, também é necessário que o idoso possua condições materiais favoráveis, pois o fato de dispor de alguns recursos pode dar-lhe acesso a bons equipamentos de saúde (e sabemos que na terceira idade a saúde começa a mostrar-se débil), à cultura e ao lazer (ALVES, 2013. p.16).

Sob este aspecto é fundamental registrar que a acessibilidade aos centros de promoção à saúde também seja universal. Notadamente ao se aproximar da velhice o corpo humano necessita atenção especial, pois a saúde, em muitos casos, se apresenta fragilizada. Para garantir uma vida digna e de qualidade aos sujeitos velhos é imprescindível que haja uma rede de apoio pública que garanta o acesso amplo e com fins a possibilitar cuidados especiais.

(...) vale ressaltar que, nas últimas décadas, importantes avanços no campo da saúde têm sido conquistados no Brasil. Assim, o processo de construção do Sistema Único de Saúde (SUS), regulamentado pela Constituição Federal de 1988 e pelas Leis Complementares, vem ocorrendo sobre os pilares da universalização, da integralidade, da descentralização e da participação popular (TAHAN e CARVALHO, 2010 apud COSTA NETO, 2003).

Apesar dos avanços ocorridos nas últimas décadas na saúde pública, este serviço ainda se encontra fragilizado e necessita de mais atenção.

Uma das condições de acesso ao serviço de saúde pode ser caracterizada pela disponibilidade de transporte público para conduzir pacientes para as unidades de atendimento ou equipe médica até a residência daqueles que necessitam.

MAS O QUE É ACESSIBILIDADE URBANA?

A cidade em sua composição evoca a ideia de pluralidade de objetos e pessoas. Assim, cada elemento exerce uma função em que a teia de relações destes forja um ambiente complexo. Obedecendo a essa lógica complexa o ato de exercer direito e deveres está intimamente ligado às vontades dos seres humanos ou as suas necessidades instrumentais. Com isso, ele pode ser manifestado de diferentes maneiras, tais como: vontade de exercer uma profissão, conhecer novas pessoas ou simplesmente ir e vir de forma segura e objetiva.

Os espaços urbanos não oferecem condições para que os homens exerçam de forma simples um direito garantido pela constituição – direito de ir e vir -, pois os cidadãos disputam os passeios públicos e vias de acesso com toda sorte de equipamentos e mobiliários urbanos.

Não raro é possível perceber a dificuldade de articulação das diversas funções de uma cidade, isso denuncia um pensamento estéril da dimensão complexa da sociedade, em que os espaços são concebidos num plano homogêneo desrespeitando as especificidades da condição humana.

Para que a cidade estimule os direitos e deveres de todos os indivíduos e grupos, deve-se pensar em um conjunto de normas. Códigos que estimulem a relação entre objetos e pessoas de forma a tornar mais acessível à conexão entre os elementos urbanos. Estimular a criação de códigos que sejam inteligíveis para todos os cidadãos e que respeitem as especificidades é estimular e desenvolver a acessibilidade.

Ao longo do tempo, o conceito de acessibilidade vem sendo desenvolvido

e debatido por profissionais de diversas áreas do conhecimento. Essa dimensão interdisciplinar é um dos primeiros problemas que se encontra pra definir o conceito de acessibilidade.

Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), acessibilidade diz respeito à possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamentos e elementos urbanos (NBR 9050, 2015).

De acordo com Jones (1981), a acessibilidade é a oportunidade que um indivíduo, em um dado local, possui para tomar parte em uma atividade particular ou uma série de atividades. Ou seja, a cidade acessível seria aquela que oferece múltiplas oportunidades para seus cidadãos, não só de caminhos, mas sim de perspectivas de vida.

Ao se refinar as reflexões, encontra-se em Davidson (1995) que acessibilidade é a facilidade com que cada pessoa, em um dado ponto, pode ter acesso, via sistema de transporte (qualquer que seja o modo ou subsistema de transporte), a todos os outros lugares em uma área definida, levando em consideração as variações de atividades e o custo percebido para atingi-los. O autor propõe ainda uma medida negativa chamada de isolamento. O aumento na acessibilidade implica uma diminuição do isolamento de determinado local. Este sistema ou subsistema de transportes pode ser considerado como os próprios pés, um carro, um transporte coletivo, uma cadeira de rodas ou a própria calçada.

Raia Jr (2000) define a acessibilidade como uma medida de esforço para transpor uma separação espacial, caracterizada pelas oportunidades apresentadas ao indivíduo ou grupo de indivíduos, para que possam exercer suas atividades.

Em Sanches (1996) encontra-se que a acessibilidade é considerada um fator que permite avaliar a facilidade de acesso da população de uma determinada área às oportunidades de emprego e aos equipamentos sociais da cidade.

De uma forma geral, a acessibilidade aparece como uma medida da facilidade de um indivíduo em perseguir uma atividade de um tipo desejado, em locais desejados, por um desejado modo e num desejado tempo. Por isso, a acessibilidade é concebida como o elemento fundamental para se estabelecer uma relação saudável entre os habitantes da cidade (pessoas sãs ou com algum tipo de limitação) e os elementos e equipamentos urbanos, garantindo que os cidadãos exerçam seus direitos e deveres de habitar, circular, “degustar” a cidade através de locomoção própria e de maneira autônoma utilizando como recurso toda a rede de circulação de maneira fácil, segura e objetiva, através de uma perspectiva de interação dos diferentes elementos da cidade.

Espaços Abertos e Prédios:

Prédios públicos e espaços abertos têm um impacto importante na acessibilidade, independência e qualidade de vida dos sujeitos velhos e afetam sua capacidade de “envelhecer no seu próprio lugar”. Nas consultas para o projeto da OMS (2008), os sujeitos velhos e aqueles que interagem com eles de maneira significativa, descrevem várias características do cenário urbano e do ambiente construído que são amigáveis aos idosos.

Os temas recorrentes, em cidades de todo o mundo, são a qualidade de vida, acesso e segurança. Melhorias que foram ou estão sendo feitas em cidades, qualquer que seja o seu grau de desenvolvimento, são apreciadas por aqueles que foram consultados, e que também apontaram outras mudanças que devem ser realizadas. (OMS, 2008, p. 16).

Para a análise foram considerados: Um ambiente limpo e agradável, importância de espaços verdes, um lugar para descansar, calçadas amigáveis aos idosos, cruzamentos seguros para pedestres, acessibilidade, ambiente seguro, calçadas e ciclovias, prédios amigáveis aos idosos, banheiros públicos adequados.

O primeiro passo desta pesquisa foi colher dados volumétricos para avaliar as condições de acessibilidades de acordo com as normas apresentadas na NBR 9050 (2015).

Os pontos analisados foram:

- Praça Nova do Congresso
- Calçada
- Praça Doutor José Gonçalves
- Bairro Campo do Gado
- Bairro Alto do Cigano
- Bairro Marista
- Bairro Santos Dumont



Figura 01: Localização dos pontos estudados, elaborado a partir do Google Earth.

Fonte: Acervo do PIBIC (AUANNE, 2019).

Na Praça Nova do Congresso entre os bancos que se encontram na praça a distância média é de 0,75m, rebaixamentos para faixas possuem em média 1,08m de largura, as calçadas possuem em média 3,40m de faixa livre.

Segundo a ABNT (NBR 9050, 2015) deve ser garantido ao lado dos assentos fixos 80cm; a largura mínima de rebaixamentos para faixas de acesso é de 1,20m; a faixa livre ou passeio tem que ter no mínimo 1,20m de largura, como pode ser visto no croqui (figura 02).

Nesse ambiente apenas as calçadas estão dentro do padrão de acessibilidade exigido pelas Normas da ABNT (NBR 9050, 2015) – ver figura 03.

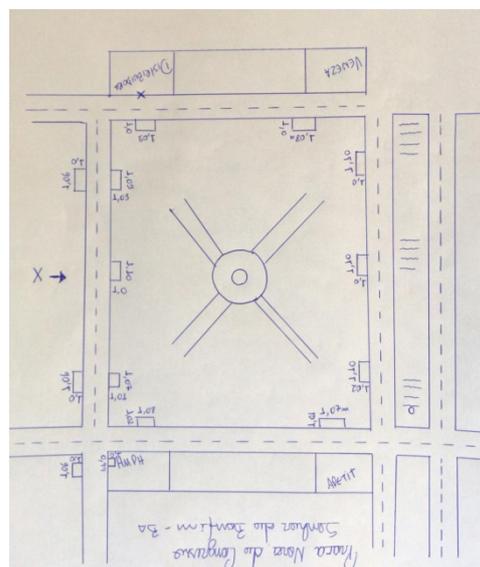


Figura 02: Croqui Praça Nova do Congresso

Fonte: Acervo do PIBIC (AUANNE, 2019).

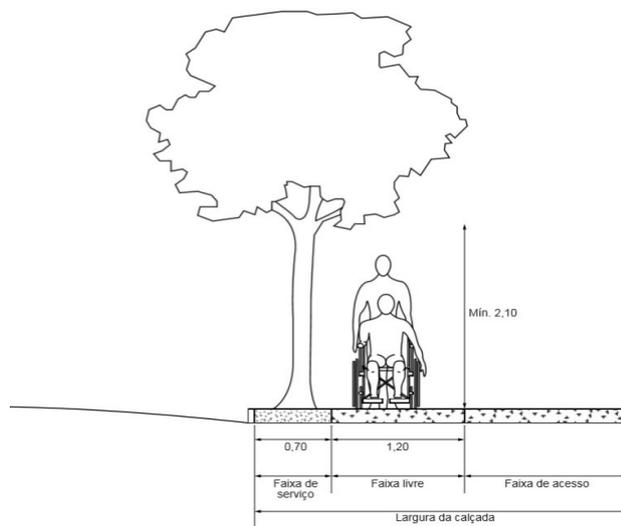


Figura 88 – Faixas de uso da calçada – Corte

Figura 03: Faixas de ocupação das calçadas.

Fonte: ABNT (NBR 9050, 2015, p.75).

O Calçadão possui rebaixamentos com média de 1,09m, a calçada inicia com 12,14m de largura, possui 3,47m de faixa de serviço e 8,67m de faixa livre, sendo dividida: 4,40m a esquerda e 4,27m a direita, a calçada possui uma metragem irregular finalizando com 8m de largura.

Entre o calçadão existe um acesso a uma rua com largura de 5,93m, rampas de 1,33m de largura e degraus de 18cm (porém as rampas não possuem corrimão). De acordo com a ABNT (NBR 9050, 2015) a largura mínima de rebaixamentos para faixas de acesso é de 1,20m; a faixa livre ou passeio tem que ter no mínimo 1,20m de largura; os corrimãos instalados em escadas devem ter 0,92m do piso.

Este é um ambiente que possui grande fluxo de sujeitos velhos por ter em seu entorno bancos e comércio, apesar de ter a calçada à cima da metragem exigida nas normas, não é um ambiente 100% acessível (Figura 04).

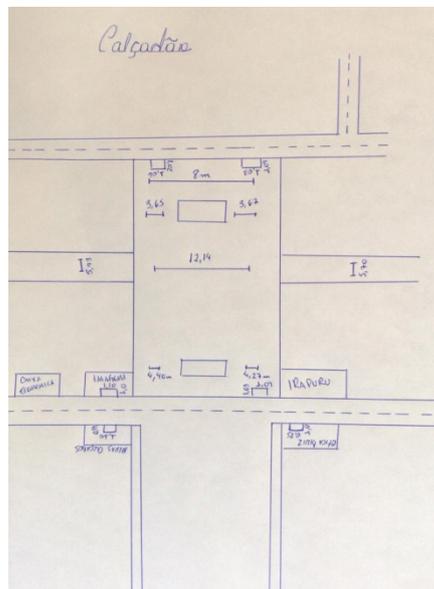


Figura 04: Croqui Calçada

Fonte: Acervo do PIBIC (AUANNE, 2019).

Na Praça Doutor José Gonçalves a Calçada em frente ao Correio possui 3,64m, sendo 1,45m de faixa livre e 0,94m de faixa de serviço, rampa com largura de 2,01m e corrimão com 0,83m de altura.

Os corredores que levam ao centro da praça possuem uma metragem de 3m, rebaixamentos de 1,07m de largura as calçadas contêm em média 2,58m de faixa livre e O banheiro público tem um degrau com 18cm, a largura da porta é de 69cm, a pia está a uma altura de 87cm e o piso é escorregadio.

O banheiro não possui estrutura para atender as necessidades físicas de um cadeirante. De acordo com a ABNT (NBR 9050, 2015) a faixa livre ou passeio tem que ter no mínimo 1,20m de largura; a largura mínima de rebaixamentos para faixas de acesso é de 1,20m; os corrimãos instalados em escadas devem ter 0,92m do piso.

Deste modo, os rebaixamentos e o banheiro público não estão de acordo com as normas (Figura 05).

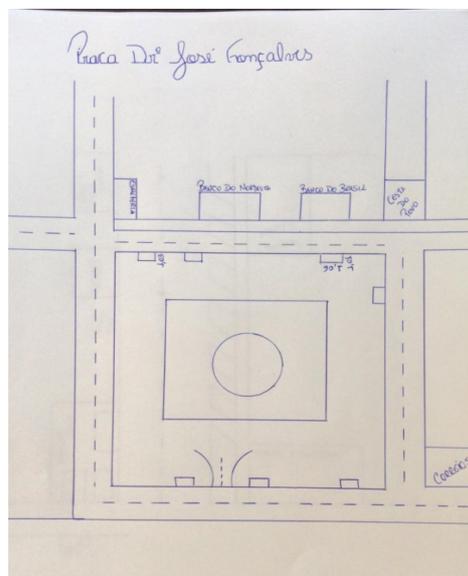


Figura 05: Croqui da Praça Drº José Gonçalves

Fonte: Acervo do PIBIC (AUANNE, 2019).

No Bairro Campo do Gado os rebaixamentos possuem em média 1,08m de largura, as escadas com 0,17m de altura, corrimão com 0,92m de altura, calçada com faixa de acesso de 1,60m e faixa de serviço de 0,37m.

De acordo com a ABNT (NBR 9050, 2015) a largura mínima de rebaixamentos para faixas de acesso é de 1,20m; a faixa livre ou passeio tem que ter no mínimo 1,20m de largura; os corrimãos instalados em escadas devem ter 0,92m do piso.

Durante a coleta de dados foi observada a presença de várias pessoas idosas e foi constatado que é um ambiente em que eles podem reencontrar seus amigos e é também um local de grande acessibilidade, apenas os rebaixamentos não possuem metragem suficiente. Porém este espaço não se encontra em um bom estado de conservação.

No bairro Santos Dumont as calçadas possuem em média 1,73m, rebaixamento com 0,77m de largura, calçadas não existia rampa, mas degraus de até 24cm de altura. A Calçada ao fundo da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) com 1,16m de faixa livre e 0,54m de faixa de serviço, academia ao ar livre com rampas de 1,23m de largura e degraus de 0,08m. A largura mínima de rebaixamentos para faixas de acesso é de 1,20m; a faixa livre ou passeio tem que ter no mínimo 1,20m de largura. Os rebaixamentos presentes não possuem metragem correta, assim como a calçada ao fundo da universidade.

Os Bairros Marista e Alto do cigano são bairros residenciais, foi possível notar diversas calçadas que não possuem o mesmo nível. O calçamento é uma das dificuldades encontradas por idosos que não tem facilidade para se deslocar, por encontrar diversos buracos que pode resultar na queda dessas pessoas. Outra dificuldade vivenciada por idosos religiosos que residem no Alto do Cigano neste bairro é a escadaria bastante irregular e comprida que dá acesso a parte do interior da igreja,

que demonstra nenhuma forma de acessibilidade neste ambiente.

APOIO COMUNITÁRIO E SERVIÇOS DE SAÚDE:

Existem diversas Políticas Públicas para a pessoa com mais de 60 anos, para serem colocadas em práticas cada secretaria desenvolve as políticas que lhes são atribuídas.

Na Secretaria Municipal de Assistência Social e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos (SCFV), é um serviço da Proteção Social Básica do SUS, que reúne crianças, adolescentes e idosos. O objetivo do programa é fortalecer as relações familiares e comunitárias gerando a integração e troca de experiência entre os usuários. São ofertadas diversas oficinas, como por exemplo: artesanato, dança, educação física, entre outros. Este é um serviço ofertado pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Na secretaria de saúde os agentes Comunitários de saúde, desempenham um papel muito importante, pois são eles que realizam visitas a comunidade, se em alguma residência possuir idosos que tem dificuldade para se deslocar de casa para o hospital, os agentes devem passar o caso para os coordenadores do Programa Saúde da Família (PSF) para assim tomarem as medidas cabíveis, se possível levando a equipe médica até a residência. Segundo Vanessa Costa Diretora da Atenção Básica a Saúde de Senhor do Bonfim, as unidades da zona rural possuem transporte para se deslocar até a sede do município, já a sede do município não possui transporte para visita domiciliar.

Outro fator citado pela diretora é que os sujeitos velhos que participam de programas sociais são mais participativos do que os adolescentes e que existe um projeto desenvolvido pela gestão municipal a Academia ao Ar livre que é destinado para pessoas de todas as idades e conta com grande participação dos idosos. Todas as atividades realizadas são orientadas por um profissional de Educação Física.

A entrevista foi realizada na Secretaria Municipal de Saúde e tinha como questões norteadoras: as políticas públicas ofertadas pela secretaria de saúde, quais as ações realizadas pela secretaria para o público de idosos, e se ocorre o atendimento médico domiciliar a pessoas idosas que não tem como se deslocar até o hospital.

COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO:

Durante as entrevistas nas secretarias foi observado que os sistemas de comunicação utilizados para chegar aos idosos são através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos (SCFV), na maioria das vezes reúnem todos que frequentam o serviço e entregam convites. A divulgação também é realizada através de sites oficiais, redes sociais (facebook, Instagram). Foi constatado que um meio eficaz que atingiria uma quantidade maior de idosos é através de rádios, porém esse

não é um meio tão utilizado para divulgação.

EMPREGO

Através dos dados colhidos na associação Comercial, Industrial e Agrícola de Senhor do Bonfim (ACIASB) foi possível analisar que 99,9% dos lojistas associados não são idosos. Isto ocorre devido ao grande número de idosos que desejam passar a responsabilidade da empresa para os filhos ou netos.

Na maioria dos casos o idoso continua presente no estabelecimento, mas os responsáveis jurídicos são seus filhos. Na feira livre de Senhor do Bonfim é possível notar que a quantidade de sujeitos velhos que possuem trabalho informal é grande. Ao chegar aos 60 anos muitos que trabalham como agricultor não desejam parar e continuam trabalhando na feira.

CONCLUSÃO

Um dos maiores problemas que é perceptível na cidade de Senhor do Bonfim é o funcionamento do sistema municipal de saúde, que deveria ser uma das prioridades para a população da terceira idade, já que nesse período a saúde se encontra mais debilitada. Este fator implica diretamente na vida dessas pessoas, inclusive deixando familiares indignados com a ineficiência desse setor.

Outro fator que ficou explícito ao decorrer deste projeto e que carece em Senhor do Bonfim é a infraestrutura que passa a tornasse um obstáculo na locomoção e na interação dos idosos que refletirá na falta de socialização que também é algo importante, pois eles necessitam de atenção e comunicação para não se sentirem inúteis após se aposentarem e “perderem” sua função no meio social.

Diante disso, os eventos que são sediados pelos órgãos públicos apresentam uma grande funcionalidade proporcionando interações e valorizando o seu papel na sociedade. Para isso, faz-se necessário uma grande estratégia de comunicação e divulgação, capaz de alcançar este contingente populacional. Em senhor do Bonfim, devido as redes sociais estarem muito presente na vida das pessoas, essa comunicação é feita através das redes sociais, onde se tornam ineficientes pois esse público em sua grande maioria não tem acesso a esse tipo de rede de comunicação.

REFERENCIAS

ALVES, Sílvia Cristina Lourenço. **A geografia do envelhecimento da população: oferta e procura de estruturas residenciais para idosos o caso do concelho de Beja**. 2013. 16. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território e Urbanismo)- Universidade de Lisboa, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território – IGOT, 2013.

BRASIL. **Estatuto do Idoso - Lei 10741/03**. Disponível em:

<<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10994645/artigo-3-da-lei-n-10741-de-01-de-outubro-de-2003>>. Acesso em: 08/07/2019

BRASIL. NBR 9050. **Associação brasileira de normas técnicas**. Rio de Janeiro, 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Guia Global: Cidade Amiga do Idoso. 2008. Disponível em: <<https://www.who.int/ageing/GuiaAFCPortuguese.pdf>> acesso em: 03/07/2019

DAVIDSON, Kenneth Bell. **Accessibility and isolation in transporte network evaluation**. In: 7th Word Conference on Transporte Research. The University of New South Wales, Sidney, 1995.

GRINOVER, Lucio. **A hospitalidade urbana: acessibilidade, legibilidade e identidade**. Revista Hospitalidade, São Paulo, ano III, n. 2, p. 29-50, 2. sem. 2006.

JONES, S. R. **Acessibilidade: a literatura**. Transporte e ruas laboratório de pesquisas. [s.l.], 1981.

PAIVA, Carlos. **Acessibilidade: Alguns conceitos e indicadores**. Disponível em http://www.sinaldetransito.com.br/artigos/acessibilidade_sistema_viario.pdf, acessado em 06 de novembro 2019.

RAIA JR., Archimedes Azevedo. **Acessibilidade e Mobilidade na estimativa de um índice de potencial de viagens utilizando redes neurais artificiais e Sistemas de Informações**. São Paulo: Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2000. (tese de doutorado).

SANCHES, Suely da Penha. **Acessibilidade: um indicador do desempenho dos Sistemas de Transporte nas cidades**. In: X Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes. Anais, v. 1, p. 199-210. Brasília, 1996.

TAHAN, Jennifer; CARVALHO, Antonio Carlos Duarte de. **Reflexões de idosos participantes de grupos de promoção de saúde acerca do envelhecimento e da qualidade de vida**. In: Revista Saúde e sociedade, v. 19, p. 878-888, 2010.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Accessibility 20, 21, 33

Acessibilidade 11, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 33, 79

Alarme 40, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 68, 69

Assistência humanitária 34, 39, 41, 45, 46

Atividade comercial 1, 5

B

Batalhão de Ajuda Humanitária 34, 37

C

Corpo de bombeiros militar 34, 36, 37, 39, 46

D

Desenvolvimento regional 83, 97

Desocupação 54, 55, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70

E

Ensino de geografia 71, 83, 99

F

Feira de Santana (BA) 18

G

Gestão de riscos e desastres 47

Gestão municipal 31, 47, 68

H

Humanitarian aid battalion 35

Humanitarian assistance 35

Humanitarian logistics 35, 39

L

Logística humanitária 34, 38, 39, 40, 41, 45, 46

M

Metodologias ativas 71, 73, 74, 75, 77, 80, 81

Military fire brigade 35

O

Old people 20, 21

P

Proteção e defesa civil 34, 36, 38, 39, 47, 48, 49, 50, 53

Protection and Civil Defense 35, 48

S

Senhor do Bonfim 20, 21, 26, 31, 32

Simulado 55, 64, 65, 66, 67, 70

Sirenes 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 66, 67, 68, 69

Sistema 4, 6, 23, 24, 25, 32, 48, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 74, 96, 99

T

Teorias de aprendizagem 71, 77

U

Universidade pública 83

V

Velhos 20, 21, 22, 23, 24, 26, 28, 31, 32

 **Atena**
Editora

2 0 2 0